

O patrimônio como instrumento para a investigação e compreensão da rede das manifestações culturais do Município do Rio Grande – RS

Carmem G. Burgert Schiavon (FURG)

Daniel Porciuncula Prado (FURG)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A proposta deste texto consiste na análise de alguns dos pressupostos do Programa de Extensão intitulado “Inventário(s) do(s) patrimônio(s) como instrumento para a investigação e compreensão dos nós que compõem a tessitura da rede das manifestações culturais do Município do Rio Grande”, financiado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande (PROEXC-FURG), no Estado do Rio Grande do Sul (RS). Deste modo, as atividades do Programa estão sendo desenvolvidas de forma a propiciar um espaço para a aproximação entre docentes, discentes, pesquisadores e gestores do campo do patrimônio e da educação com o objetivo de que estes possam refletir acerca das transformações culturais, sociais e ambientais rio-grandinas. A identificação de diferentes tipologias patrimoniais do Município e, ao mesmo tempo, de diversas noções de patrimônio oriundas de cada uma das comunidades envolvidas, são imprescindíveis para a construção de práticas educativas e políticas públicas que visem a valorização e a preservação do legado histórico e cultural das mesmas. A partir deste pressuposto, os objetivos que orientam as atividades deste Programa decorrem da problematização da teoria e da prática sobre a noção de patrimônio, com vistas ao encaminhamento de propostas para a construção de políticas patrimoniais pela municipalidade, assim como o fomento ao tombamento de bens patrimoniais locais e, ainda, a conjugação entre Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão.

Além destes aspectos, cabe ressaltar que de acordo com a definição da noção de patrimônio, na atualidade, o mesmo passa a abarcar o patrimônio cultural

e natural, os saberes-fazer, a cultura de forma geral e o meio ambiente, em uma perspectiva mais abrangente, o que permite a ampliação de suas propostas de ação quanto à salvaguarda e à construção de políticas de identificação e preservação das manifestações singulares do patrimônio. Afora este ponto, a ampliação da noção de patrimônio cultural (com a consolidação da definição de patrimônio imaterial ou intangível) permitiu a democratização da compreensão de cultura e contribuiu para a superação da dicotomia cultura erudita e cultura popular. Deste modo, a articulação das diversas dimensões das manifestações culturais, sejam elas sociais, econômicas, políticas, dentre outras, permitem a expressão dessas diferentes manifestações como processos culturais vivos e, por isto, diretamente relacionados na construção de identidades sociais. Em outras palavras, a noção de patrimônio cultural imaterial “[...] permitiu destacar um conjunto de bens culturais que, até então, não era oficialmente incluído nas políticas públicas de patrimônio orientadas pelo critério de excepcional valor artístico e histórico do bem a ser protegido” (CAVALCANTI, 2008, p. 13).

Em uma apreciação preliminar, pode emergir a compreensão de algum antagonismo entre os bens integrantes do conjunto do patrimônio cultural, por sua natureza material ou imaterial. Contudo, tal distinção é travada para se referir a um conjunto de bens até então distante das práticas de salvaguarda ancorada em uma concepção mais tradicional de patrimônio, onde a noção de cultura dista da definição antropológica. Conforme indica Fonseca, no caso dos bens culturais, deve-se fazer a distinção entre aqueles que apresentam ou não alguma autonomia em relação a seu processo de produção ou a necessidade de suportes físicos; sendo assim, “[...] a imaterialidade é relativa e, nesse sentido, talvez a expressão ‘patrimônio intangível’ seja mais apropriada, pois remete ao transitório, fugaz, que não se materializa em produtos duráveis” (FONSECA, 2009, p. 68).

A respeito da transmissão entre gerações do patrimônio cultural, Funari & Pelegrini (2008) indicam que a definição supracitada expressa uma tendência à alteridade, em um processo dinâmico de (re) construções culturais. Os autores indicam que o patrimônio imaterial é alvo de “[...] constantes ‘recriações’ decorrentes das mutações entre as comunidades e os grupos que convivem num dado espaço

social, do meio ambiente, das interações com a natureza e da própria história dessas populações” (FUNARI & PELEGRINI, 2008, p. 46).

Outro aspecto importante refere-se ao Decreto nº 3.551, de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, o qual permite visualizar a abrangência da ampliação da noção de patrimônio. A partir da inscrição de um determinado bem em um destes livros, o mesmo passa a ser reconhecido como um bem cultural, recebendo o título de Patrimônio Cultural do Brasil; o reconhecimento destes bens por meio do registro, seja por sua expressão ou por serem representativos da diversidade cultural, significa bem mais que a sua simples titulação como patrimônio. De acordo com Brayner, “[...] a inscrição de bens nos Livros de Registro do Iphan contribui para o reconhecimento, por parte de toda a sociedade, da importância de uma determinada manifestação cultural para a formação da cultura brasileira” (BRAYNER, 2007, p. 22). Vale destacar, com base em Funari & Pelegrini (2008), que somente o registro de um bem cultural, seja ele de natureza material ou imaterial, não garante a sua preservação, mas que deve existir um conjunto de medidas efetivas para a sua proteção e preservação.

Juntamente com os estudos sobre o registro do patrimônio imaterial, o IPHAN desenvolveu pesquisas para a elaboração de uma metodologia de inventário de referências culturais. Assim, com o Decreto 3.551/2000, instituiu-se este instrumento para a prospecção de bens culturais de diferentes naturezas, ou seja, o Inventário Nacional de Referências Culturais. Neste sentido, o Inventário visa identificar, recensear, mapear as diferentes manifestações culturais, contribuindo, inclusive, para a superação da dicotomia entre a noção de bens culturais de natureza tangível e intangível, por se tratar de um “[...] instrumento de pesquisa que busca dar conta dos processos de produção destes bens, dos valores neles investidos, de sua transmissão e reprodução, bem como de suas condições materiais de produção” (SANT’ANNA, 2009, p. 56).

Seguindo esta linha de raciocínio, pode-se considerar que o patrimônio é fruto das relações sociais estabelecidas em determinados contextos econômicos, políticos e sociais no processo de transformação do meio natural, a partir da

compreensão de que “[...] tudo o que representa a impressão, seja no nível material, ou no simbólico, representa um interferência humana, que significa cultura, a qual, por sua vez, também é patrimônio cultural” (MARTINS, 2006, p. 42). Assim, a definição de patrimônio natural, por segmentar o patrimônio cultural à dimensão ecológica, pode permitir uma dúbia interpretação. Isto, pois, devido ao fato de se afirmar, adjetivando-o, que certo patrimônio é natural, não quer dizer, contudo, que não se relaciona com a dinâmica social de um determinado lugar, ao contrário, consiste em um esforço de reconhecer as especificidades do meio natural e as complexas relações e inter-relações que o configuram.

OS SUPORTES DO PROGRAMA

Em 2008, foi feita uma alteração curricular no Curso de História (Bacharelado) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG); momento em que houve a introdução de duas ênfases no Curso, a saber: Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural e Gestão do Patrimônio Socioambiental. A partir destas alterações, o Curso de História da FURG voltou-se à gestão do patrimônio, tendo em vista que “o egresso terá condições de gerir o patrimônio histórico-cultural e socioambiental com atuação direta sobre esses patrimônios” (PPP do Curso de Bacharelado em História, 2008, p. 10). Neste sentido, ocorreu todo um redirecionamento do Curso colocando em evidência o patrimônio em seus mais diferentes aspectos, assim como se passou a oferecer uma gama de possibilidades de atividades (cursos, estágios, atividades complementares, etc.) diretamente voltadas à gestão do patrimônio.

Seguindo esta reformulação do Curso de História (Bacharelado), foi criado o Núcleo de Educação e Patrimônio (NEP), sediado no Centro de Documentação Histórica (CDH) com o objetivo de aglutinar o desenvolvimento de ações voltadas ao mapeamento e gestão do patrimônio cultural do Município do Rio Grande. Nesta direção, o Programa representa uma resposta às demandas diagnosticadas pelas atividades do NEP, assim como constitui um espaço para o exercício da extensão de forma integrada às diretrizes estabelecidas pelo Projeto Político Pedagógico do Curso de História (Bacharelado) da FURG.

10.4025/6cih.pphuem.529

Por outro lado, há que se evidenciar as profundas transformações econômicas, sociais e culturais vivenciadas pelo Município do Rio Grande na contemporaneidade – decorrentes, principalmente, da instalação do polo naval – e os impactos diretos desta sobre o patrimônio local, tendo em vista que Rio Grande, além de ser o Município mais antigo do Estado, caracteriza-se por ter uma história bastante peculiar, afinal, os processos históricos locais, em decorrência dos ciclos de crescimento econômico, tão presentes na memória local, configuram a cidade e o arranjo dos equipamentos urbanos, sem deixar nada a perder para as ditas cidades modernas. Em consonância com esta prerrogativa, Rio Grande desponta no cenário econômico local, regional e até mesmo nacional, por meio do setor industrial e portuário; inclusive, ao longo dos últimos dois anos, o Município vivencia um novo ciclo de crescimento econômico com a instalação de um complexo da indústria naval e energética.

Deste modo, o crescimento econômico, a ampliação do contingente populacional e, conseqüentemente, da área ocupada para abrigar todos os equipamentos urbanos e as transformações espaciais necessárias ao alojamento das instalações industriais de tamanha estrutura, ocasionam profundas transformações junto ao cenário ambiental e cultural rio-grandino. Além disso, ao se buscar outros exemplos históricos, é possível visualizar o fato de que estes processos já ocorrem no Município, gerando profundas alterações na estrutura do local (a previsão é que a cidade tenha o seu número populacional duplicado em menos de 10 anos).

Tais configurações resultam em um processo de industrialização em Rio Grande que origina inúmeros impactos no meio ambiental e cultural do local. Nesta direção, constata-se o impacto direto deste sobre o patrimônio cultural rio-grandino e a necessidade do desenvolvimento de ações de registro e salvaguarda dos bens culturais locais (materiais e imateriais). Ademais, há que se considerar que o Rio Grande apresenta uma multifacetada composição cultural associada à riqueza do seu meio natural, as quais podem ser visualizadas em diferentes categorias do seu patrimônio cultural, desde o intangível e natural ao já tradicional de “pedra e cal”. Com base na análise deste mosaico cultural e da sua rede de significados, a

elaboração de estratégias para a salvaguarda do patrimônio local representa uma necessidade urgente.

Dentro deste contexto, cabe mencionar, ainda, que a prática extensionista orientada pelas demandas contemporâneas do Município constitui-se com espaço privilegiado para a formação de educadores, pesquisadores e gestores comprometidos com a construção de políticas públicas culturais e patrimoniais. Assim, a formação de acadêmicos atentos às transformações sociais, ambientais e culturais locais impõe-se como um imperativo à Universidade que se pretende articulada à comunidade e ao ecossistema dos quais é parte constituinte, tendo em vista que a interação entre saberes científicos e os saberes tradicionais podem trazer consistentes encaminhamentos para o atendimento de questões socioambientais de curto, médio e longo prazo, a partir de um trabalho inter-institucional articulado com um objetivo comum. Desse modo, a relação e a co-responsabilidade Comunidade, Escola e Universidade podem contribuir, por isto, à formação de profissionais envolvidos e comprometidos com o desenvolvimento social de forma sustentável.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO PROGRAMA

Por intermédio das ações do Programa “Inventário(s) do(s) patrimônio(s) como instrumento para a investigação e compreensão dos nós que compõem a tessitura da rede das manifestações culturais do Município do Rio Grande”, buscase uma articulação do conhecimento teórico a uma visão aguçada destas problemáticas culturais e socioambientais, bem como um pensamento prospectivo, que permita o agir de uma forma protagonista no encaminhamento de possibilidades, como contribuição à resolução das problemáticas vivenciadas em Rio Grande no que se refere à questão patrimônio cultural local. Outrossim, buscase uma ação social incisiva, que tenha por base um arcabouço técnico, instrumental e humanístico profundo, ou seja, avalia-se que a construção da cidadania remonta às séries iniciais, contudo, face à formação profissional dos sujeitos na Universidade, esta dimensão requer ainda maiores perspectivas de reflexão, de

intervenção, enfim, de uma conduta profissional que seja consistente e que contribua, efetivamente, à sociedade em geral.

Com base nestas considerações, a estruturação deste Programa está permitindo aos estudantes uma análise acerca da cultura local, a partir da interpretação do seu patrimônio, do trabalho com as comunidades, no momento em que os acadêmicos podem visualizar a operacionalização dos conceitos, categorias, competências e habilidades, trabalhadas em sala de aula; enfim, a experimentação estrita da ação cultural, da difusão dos saberes acadêmicos apreendidos, em sua articulação com os saberes das comunidades, está possibilitando aos estudantes um profundo exercício de reflexão e estruturação dos seus saberes-fazer, por meio das seguintes ações (que ainda se encontram em fase de realização):

- Inventário do Patrimônio Cultural da Ilha dos Marinheiros: neste local, um dos pontos mais tradicionais da história e da cultura rio-grandina, realiza-se a identificação e o mapeamento dos bens culturais da Ilha dos Marinheiros, os quais estão sendo trabalhados como “expressões da alma dos povos” (terminologia usual nos documentos da UNESCO), tendo em vista que estes guardam as reminiscências culturais e articulam o sentimento de pertença dos indivíduos, de modo a propiciar determinados vínculos de identidade locais.

A partir da identificação da multifacetada composição cultural e a riqueza do meio natural da Ilha dos Marinheiros, já foi possível visualizar a manifestação de diferentes categorias do patrimônio cultural, desde o intangível e natural ao já tradicional de “pedra e cal”. E, a partir deste mosaico cultural e de sua rede de significados, trabalha-se na construção de estratégias – a partir da educação patrimonial – que visam a compreensão destes significados, bem como a sua valorização. Os saberes-fazer da extração na pesca, da horticultura, do artesanato de cestarias e da produção de pequenas embarcações, da gastronomia e das diferentes formas de expressar-se verbalmente em português são aspectos culturais singulares ao estudo do patrimônio da Ilha dos Marinheiros e da construção de práticas pedagógicas junto à comunidade, atividades estas já levantadas e trabalhadas.

- Trabalho com o Complexo da Rheigantz: outro ponto de destaque deste Programa constitui-se na realização de entrevistas com ex-funcionários da antiga fábrica, tendo em vista que a empresa destaca-se e persiste na memória da cidade. Com funcionamento a partir de 1873 até fins da década de 1960, a Rheigantz ganhou grande expressão no cenário econômico regional e nacional, produzindo têxteis para o mercado interno e externo. Durante suas atividades, formou um grande complexo, contando com filiais, uma vila operária, uma escola, uma sede social; enfim, estabeleceu-se de tal forma, a fazer parte do cotidiano das pessoas e da cidade como um todo, delimitando sua organização espacial e temporal, bem como passou a ser a base da economia local. Dentro deste contexto, verifica-se que o processo de industrialização do município está inserido em um processo global de transformações sociais e econômicas que marcaram a transição do século XIX ao XX, logo, o trabalho com essas alterações torna-se fundamental ao entendimento acerca do crescimento da cidade e sua organização, bem como a consolidação da mesma como uma grande cidade no cenário econômico brasileiro na primeira metade do século XX.

Para tanto, já foram realizadas inúmeras entrevistas com moradores do local objetivando a identificação da história e o levantamento de fontes (fotografias, identificação de móveis, utensílios, etc.). Ademais, recentemente, por intermédio de uma ação do Ministério Público local, houve a doação do acervo da Rheigantz para o Centro de Documentação Histórica da Universidade (CDH-FURG) e, atualmente, trabalha-se na triagem e higienização da documentação; posteriormente, ocorrerá a catalogação do material e a disponibilização destas fontes à consulta e pesquisa por parte da comunidade em geral (acadêmica, profissional, etc.).

Tais procedimentos, mesmo que ainda incompletos, estão propiciando o mapeamento de alguns bens culturais (materiais e imateriais) do Município do Rio Grande, assim como a realização de atividades de Educação Patrimonial junto às comunidades próximas a esses bens e outras ações que têm como objetivo o (re) pensar sobre a relação política pública, patrimônio e educação, em suas mais variadas perspectivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, destaca-se que o Programa de Extensão intitulado “Inventário(s) do(s) patrimônio(s) como instrumento para a investigação e compreensão dos nós que compõem a tessitura da rede das manifestações culturais do Município do Rio Grande” se constitui como um espaço de aproximação entre docentes, discentes, pesquisadores e gestores do campo do patrimônio e da educação como o objetivo de que estes possam refletir acerca das transformações culturais, sociais e ambientais locais contemporâneas, haja vista que a identificação de diferentes tipologias patrimoniais das cidades e, ao mesmo tempo, de diversas noções de patrimônio oriundas de cada uma das comunidades, são imprescindíveis para a construção de práticas educativas e políticas públicas que visem a valorização e a preservação do legado histórico e cultural das mesmas.

A partir destes pressupostos, os objetivos que orientam as atividades deste Programa, decorrem da problematização da teoria e da prática sobre a noção de patrimônio, afim do encaminhamento de propostas para a construção de políticas patrimoniais pela municipalidade, do fomento ao tombamento de bens patrimoniais locais e, ainda, a conjugação entre Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão. Para tanto, estão sendo realizadas atividades que visam trabalhar diversos aspectos do patrimônio cultural rio-grandino em suas dimensões do material, quanto do imaterial, constitui-se dessa forma em um amplo espaço para aproximar docentes, discentes, pesquisadores e gestores que se dedicam ao campo do patrimônio e da educação (formal e não formal), com o objetivo de que estes possam refletir acerca das transformações culturais, sociais e ambientais vivenciadas pelo Município do Rio Grande na atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, Distrito Federal: Senado Federal.

_____. **Decreto nº 3.551**, de 2 de outubro de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o

Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em: 12 de agosto de 2013.

BRAYNER, Natália Guerra. **Patrimônio cultural imaterial**: para saber mais. Brasília: IPHAN, 2007.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

MARTINS, Clerton. Patrimônio Cultural e Identidade: Significado e Sentido do Lugar Turístico. In: MARTINS, Clerton (Org). **Patrimônio Cultural**: da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca, 2006. p. 39-50.

MINAYO, Maria C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE HISTÓRIA – BACHARELADO. Rio Grande: FURG, 2008.

SANT'ANNA, Marcia. A face imaterial do patrimônio cultural os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e Patrimônio**. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2009. p. 49-58.

SCHIAVON, Carmem G. Burgert; SANTOS, Tiago Fonseca dos. Ilha dos Marinheiros: o patrimônio e a história como alicerces à educação patrimonial. In: SCHIAVON Carmem G. Burgert; SENNA, Adriana Kivanski de; SILVA, Rita de Cássia Portela da (Orgs.). **Sul do Sul**: Memória, patrimônio e identidade - presença luso-açoriana em Rio Grande. Porto Alegre: EST Edições, 2011. p. 78-87.